

## Modernismo e Pós-Modernismo como *épistémès* - algumas noções e implicações no pensamento econômico

Iara Vigo de Lima

- Resumo:

Economistas têm se voltado para pensar as práticas discursivas em sua ciência especialmente pela atenção à filosofia da linguagem e ao estudo da retórica. Destaca-se aqui uma terceira forma de pensar o que se diz e se escreve em economia. Nesta abordagem, avalia-se o discurso como pertencente a duas épocas epistêmicas: o "modernismo" e o "pós-modernismo". Esta categorização é possível através de uma investigação da história tal como pensada pelo filósofo francês Michel Foucault, em que "modernismo" e "pós-modernismo" constituem diferentes *épistémès*. Recuperando a "arqueologia" da economia, tal como desenvolvida por este pensador, procura-se aqui identificar os principais elementos do discurso "moderno". Na seqüência, delineia-se transformações que podem caracterizar o pós-modernismo e que modifica ou pode modificar os fundamentos do discurso. Por fim, aponta-se algumas tendências pós-modernistas em economia.

- Palavras-chave: Michel Foucault, *épistémè*, modernismo, pós-modernismo e discurso em economia.

- Abstract:

Economists have been turned to considering the discursive practices in their science especially for the attention to the analytical philosophy and to the rhetoric study. It is necessary to point out here a third way of thinking of what is said and written in Economics. In this approach, the speech is evaluated as one belonging to two epistemical times: the "modernism" and the "post-modernism". This ranking is only possible through a historical investigation in the way the French philosopher Michel Foucault thought about this subject, where the "modernism" and "post-modernism" make different epistemes. Recovering the "archeology" of Economics as this thinker developed it, it is tried to identify here the main factors of the "modern" speech. In the sequence, some changes are delineated that may characterize the "post-modernism", which changes or may change the speech grounds. At last, some post-modernism tendencies in Economics are pointed out.

- Key words: Michel Foucault, *épistémè*, modernism, post-modernism and discourse in Economics.
- Área de classificação da ANPEC: Área 1 – Metodologia, História e Economia Política
- Código de classificação do JEL: B40 – Metodologia Econômica – General

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas houve uma revivescência do interesse pela filosofia por parte de alguns economistas. Tal interesse tem se voltado tanto para pensar o método, recorrendo-se aos grandes filósofos da ciência, quanto as práticas discursivas em economia. Neste caso, a filosofia da linguagem tem sido empregada para analisar o discurso, enquanto no estudo da retórica buscam-se elementos para investigar a forma como os economistas procuram persuadir uns aos outros ou a sociedade em geral com suas teorias. Contudo, também em relação ao discurso, observou-se uma terceira forma, dado que se considera distinta das demais<sup>1</sup>, de pensar a ciência econômica. Neste tipo de abordagem, avalia-se o discurso econômico como pertencente a duas épocas epistemológicas: modernismo e pós-modernismo.

Pode-se entender a categorização do discurso em moderno e pós-moderno como derivado da forma específica de pensar a história desenvolvida pelo filósofo francês Michel Foucault. Segundo ele, toda época tem seus modos de produzir verdade, o que pode ser desvendado à medida que pensamos a história. Foucault, através da análise das práticas e teorias de uma época, busca desvelar os enunciados que formam o saber em seu conjunto. Seu objetivo é distinto daquele dos historiadores de idéias. Ele procura revelar as práticas discursivas de cada época e seus efeitos políticos, sociais, econômicos.

Para investigar os fundamentos do discurso, Foucault se utiliza do método denominado por ele de “arqueologia”, que faz parte de uma tática maior, a genealogia. Sabemos que o procedimento genealógico, instaurado na filosofia por Nietzsche (1844-1900), foi utilizado amplamente por Foucault, na medida em que pretende resgatar a emergência de certos eventos históricos. Mais precisamente, a genealogia procura acompanhar o embate de poderes e saberes que propiciaram tais eventos.<sup>2</sup> Não interessa ao arqueólogo do saber se um enunciado é verdadeiro ou falso no nível discursivo mas sim “ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si mesmos verdadeiros e nem falsos” (Foucault *apud* Araújo, p. 19)

Particularmente em relação às ciências humanas, incluindo-se aí a economia, este filósofo desenvolveu em *As Palavras e as Coisas* uma arqueologia. A preocupação do pensador francês é analisar o aparecimento das ciências humanas na época moderna. Mais precisamente, este livro surge da possibilidade vislumbrada por Foucault de o saber ser articulado a partir de certas estruturas e transformações naquilo que cada época considera como discurso válido. Neste sentido, “modernismo” e pós-modernismo” constituem diferentes *épistémès*, como Foucault denominou tais estruturas e que podem ser entendidas enquanto o sistema ou o fundamento que compõe as regras de formação do discurso num dado momento histórico, numa dada idade histórico-cultural.

Assim, embora pareça não haver concordância entre aqueles que têm se dedicado a analisar o pensamento econômico a partir da distinção entre o que poderia ser denominado de discurso

---

<sup>1</sup> A abordagem adotada de pensar a economia a partir do que seria “moderno” e “pós-moderno” é entendida aqui como diferente daquela da retórica por concebê-la como anterior a esta, pois se volta para pensar os fatores que levam a que determinado esquema retórico seja favorecido em detrimento de outros em dado momento no tempo. Klammer (1995, p. 332) ao analisar trabalhos de Samuelson, Keynes e Harrod, procurando os elementos que poderiam associá-los a uma outra dessas formas de discurso, observa que se pode compreender seu estudo como uma forma de praticar a retórica. No entanto, destaque-se que a abordagem aqui proposta é distinta daquela da retórica, dado que se está preocupado em pensar o que faz com que se privilegie uma ou outra construção do discurso e, neste sentido, o que a antecede.

<sup>2</sup> A genealogia em Foucault tem uma característica combativa, conforme ele mesmo afirma: “É exatamente contra os efeitos de poder próprios de um discurso considerado científico que a genealogia deve travar o combate” (2000b, p. 14). De modo que a genealogia é “...uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico” (idem, p. 15).

“moderno” ou “pós-moderno”, pode-se claramente entender estes como vinculados a diferentes *épistémès*. De tal forma que, conquanto se esteja relacionando “modernismo” e “pós-modernismo” a fases da arquitetura, da literatura, da arte, da ciência ou de outras atividades humanas, é certo que todas estão subsumidas, seguindo-se o pensamento foucaultiano, nas mesmas estruturas ou disposições epistêmicas de distintos momentos históricos.

Portanto, é válido ressaltar que a perspectiva aqui adotada de pensar as práticas discursivas na economia é distinta daquela adotada pelos que se voltam para a filosofia analítica ou para a retórica. E pode-se inclusive ver o estudo da retórica em economia como inserido num novo momento histórico do discurso, denominado de pós-modernismo, embora muitos dos que têm se voltado para a retórica neguem esta inserção. O interesse pelos esquemas retóricos parece fazer parte de alterações subjacentes à prática discursiva promovidas por um novo modo de ser, por assim dizer, do que se fala e escreve na economia.

Da mesma forma, a recorrência à filosofia nesta forma de abordagem é diferente dos que pensam o método através da filosofia da ciência. A epistemologia tem recorrido à história das ciências para analisar as condições de possibilidade dos conhecimentos científicos. Alia a reflexão filosófica à história das ciências com vistas a estabelecer de que forma a racionalidade pode propiciar o desvelamento da verdade. Assim, ela não é, como afirmou Roberto Machado, uma “crítica da ciência”, mais ainda, não é “uma crítica do negativo da razão”, ao contrário, tem como norma a própria racionalidade (Machado, *idem*, p. 9).<sup>3</sup> De acordo com este autor, também a arqueologia resulta de um processo histórico, porém de forma diferenciada, especialmente através de dois aspectos. Primeiro, a arqueologia toma como seu objeto as “ciências do homem” na modernidade, é uma investigação da constituição histórica de uma região do conhecimento distinta daquela tratada pela epistemologia, embora se converta posteriormente num nível anterior ao da história epistemológica, não se limitando a uma região, mas se transformando numa “arqueologia do saber”. Segundo, e mais importante, trata-se de uma história dos discursos. Enquanto a epistemologia objetiva o mesmo estatuto das ciências e utiliza a história das ciências para investigar a produção de verdade, a história arqueológica pretende ser uma crítica da idéia de racionalidade e não privilegia a questão normativa da verdade. A arqueologia investiga as condições de possibilidade “das ciências do homem enquanto saberes através da análise do que dizem, como dizem e por que dizem” (*idem*, p. 11).

Podemos também observar que a análise arqueológica de Foucault diferencia-se da concepção de que a economia se estabelece como ciência ao se inspirar no método proposto pela matematização do conhecimento na modernidade. Em Foucault, a explicação da constituição da economia como ciência não está na relação com a matemática ou com o método para o conhecimento estabelecido na modernidade. O objetivo de Foucault é analisar a positividade das

---

<sup>3</sup> Vale a pena lembrar que a perspectiva metodológica de Paul Feyerabend constitui uma exceção importante para esta generalização de Machado. Feyerabend, componente da corrente da filosofia da ciência denominada “crescimento do conhecimento”, em radical oposição a Lakatos e todos aqueles que o precederam, especialmente os positivistas, e utilizando-se de um estilo irônico e contundente, nega a existência de um método científico racional e defende o anarquismo, ou Dadaísmo como ele prefere denominar, como remédio para a *epistemologia* e para a *filosofia* da ciência. Alinhando-se a Popper, Feyerabend defende que a investigação parte de um problema ou de uma idéia. Esta, mesmo contrária à razão e à experiência, é o ponto de partida da pesquisa e irá definir, inclusive, a sua metodologia e os instrumentos necessários para desenvolvê-la. Um exemplo seria a revolução copernicana. Como se sabe, para Feyerabend existe apenas um princípio capaz de garantir o desenvolvimento científico: *anything goes* ou “tudo vale”. A metodologia pluralista exige o confronto entre teorias, incentivando a competição. E esta pode ser estimulada por qualquer idéia, proveniente de mitos ou preconceitos, de cogitações de especialistas ou fantasias de excêntricos. Daí que se deva abandonar a nítida separação entre ciência e não-ciência e combater o “chauvinismo científico”, isto é, a atitude extremada de manutenção apenas do que for compatível com a ciência, excluindo tudo o mais.

ciências humanas, entre elas a da ciência econômica, através de suas relações com, por um lado, as ciências empíricas (economia, filologia e biologia) e, por outro, a filosofia moderna. A transformação fundamental do saber na modernidade não se deve a mudanças em termos de critérios de cientificidade como reformulação de métodos. Afirma Foucault:

Se se começa a estudar o custo da produção e se não se utiliza mais a situação ideal e primitiva da permuta para analisar a formação do valor, é porque, ao nível arqueológico, a produção como figura fundamental no espaço do saber substituiu-se à troca, fazendo aparecer, por um lado, novos objetos cognoscíveis (como o capital) e prescrevendo, por outro, novos conceitos e novos métodos (como a análise das formas de produção). (Foucault, 2000a, p. 346).

O objetivo aqui perseguido é o de aproximar-se de Foucault e buscar em sua filosofia discernir duas grandes transformações históricas relacionadas à prática discursiva e seu impacto sobre o que se está fazendo em economia. Primeiro, procura-se identificar como se processa o movimento histórico que culminou na atual forma discursiva predominante em economia e que tem sido denominada “modernismo”. Para isto, aborda-se a “arqueologia” da ciência econômica tal como proposta por Foucault em *As Palavras e as Coisas*. Num segundo momento, o objetivo é delinear as transformações que, especialmente no pós-Segunda Grande Guerra, podem caracterizar uma nova *épistémè*, um novo *a priori* histórico, que modifica ou que pode modificar os fundamentos do discurso. Finalmente, buscar-se-á traçar a influência desta nova prática discursiva na teoria econômica.

Para tanto, inicialmente é necessário explicitar o projeto de Foucault. Assim procurar-se-á definir “arqueologia do saber” e abordá-la, tal como desenvolvida por Foucault, no que tange à economia. Aqui é necessário ressaltar que a preocupação não é de ordem crítica, mas apenas expositiva. Ou seja, não se estará realizando uma análise crítica do que Foucault expõe a respeito do pensamento econômico. O intuito principal é identificar no trabalho do pensador francês os elementos que permitem caracterizar o discurso moderno. Na seqüência, voltar-se-á para o movimento denominado de pós-modernismo, a partir da identificação de mudanças históricas que o promoveram. Por fim, apontar-se-á algumas tendências pós-modernistas em economia.

## **1. A Arqueologia do Saber e o Advento do Modernismo no Discurso Econômico**

Em *As Palavras e as Coisas*, Foucault desenvolve uma arqueologia das ciências humanas. Sua preocupação é analisar o aparecimento do conjunto de discursos denominados ciências humanas na época moderna.

A arqueologia é um método que percorre “o acontecimento segundo sua disposição manifesta; ela dirá como as configurações próprias a cada positividade se modificaram [...]; ela analisará a alteração dos seres empíricos que povoam as positividades (a substituição do discurso pelas línguas, das riquezas pela produção); estudará o deslocamento das positividades umas em relação às outras...” (Foucault, 2000a, p.298).

Para entender a história arqueológica é essencial adentrar na questão da *épistémè*. Para isso, Foucault define três períodos históricos, marcados por distintas *épistémès*: Era da Semelhança até o

fim do século XVI (pré-clássico); Era da Representação, ou classicismo, que compreende o período que se inicia no século XVII e vai até a segunda metade do século XVIII; e Era da História ou Moderna, do fim do século XVIII até os nossos dias.

Segundo Foucault, cada um desses três períodos foi marcado por uma certa *épistémè*, que define as condições de possibilidade de todo o saber em dada cultura e em dado momento, tanto aquele que se manifesta numa teoria quanto aquele que está implícito numa prática (Foucault, 2000a, p. 230). A *épistémè* diz respeito a uma certa visão de mundo, que determinou as formas de teorizar, falar, escrever, ler, etc. Isto é, em cada momento histórico verificam-se regras de formação do discurso, do que pode e é dito. Cada *épistémè* diz respeito a um modo de ser próprio a uma certa disposição epistêmica. De uma *épistémè* a outra, “as coisas não são mais percebidas, descritas, enunciadas, caracterizadas, classificadas e sabidas da mesma forma” (idem, p. 298).

A arqueologia objetiva descobrir quais são as regras que estão por trás da configuração discursiva de cada *épistémè*. Neste sentido, segundo Foucault, o saber clássico é distinto do saber moderno. Naquele, tinha-se a análise das riquezas, dos seres vivos e das palavras. Na modernidade, surgem as ciências empíricas que passam a ter como objeto o trabalho, a vida e a linguagem. Assim, diz Foucault, surgem a economia, a biologia e a filologia. Analisar a vida, por exemplo, é diferente de analisar os seres vivos. A história natural, zoologia ou botânica, na época clássica, privilegiava o que há de visível na natureza. O conhecimento da era da representação se baseava na percepção sensível do olhar, excluindo tudo o que não era experiência sensível. A partir de uma estrutura visível, a história natural analisava e classificava em gênero e espécie os seres vivos. Era uma descrição analítica, decompondo o todo e detalhando seus elementos constitutivos. Era uma ciência taxonômica, classificatória dos seres nos níveis de reino, classe, ordem, gênero e espécie. Segundo Foucault, não havia e nem poderia haver um saber sobre o homem nesse período. Este só surge na modernidade, cujo marco inicial se verifica no final do século XVIII.

## 1.1 A Era da Semelhança

Segundo Foucault, até o final do século XVI, as palavras e as coisas não se distinguiam. É como se o homem não tivesse consciência de sua linguagem. As coisas estavam imbricadas umas nas outras e todas remetiam a Deus. O que liga todas as palavras e coisas é Deus. Quatro figuras principais, diz Foucault, articulavam o saber da semelhança: *convenientia* (relação de parentesco entre as coisas - vizinhança dos lugares), *aemulatio* (emulação - cria-se uma força ou influência de reflexo de uma coisa sobre a outra, a *analogia* (superpõem-se *convenientia* e *aemulatio*); e jogo das simpatias. “*Convenientia*, *aemulatio*, *analogia* e *simpatia* nos dizem de que modo o mundo deve se dobrar sobre si mesmo, se duplicar, se refletir ou se encadear para que as coisas possam assemelhar-se” (Foucault, 2000a, p. 35). Não há nada disperso no mundo, as coisas estão ligadas umas às outras por parentesco e analogias. Por exemplo, as analogias entre os animais e as plantas, considerando-se estas animais de ponta cabeça. A simpatia e seu antônimo determinam a semelhança ou não entre as coisas.

As semelhanças necessitam de uma assinalação para serem notadas. O saber dessa época consiste em detectar os signos e estabelecer os sentidos entre as coisas, isto é, o saber consiste em buscar a semelhança. O conhecimento se forma pela adivinhação de que uma marca se assemelha a outra marca visível. Conforme Araújo (2000, p. 38), o mundo é “feito de uma prosa infinita que é somente preciso fazer falar, isto é, descobrir o signo na coisa pela interpretação, adivinhação e comentário”. E, como observa a mesma autora, “não se trata de um saber falho, mas de um saber que precisa decifrar o mundo, todo ele recoberto por signos”.

Para Foucault, se denominarmos hermenêutica “o conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem fazer falar os signos e descobrir seu sentido” e semiologia “o conjunto de conhecimentos e

técnicas que permitem distinguir onde estão os signos, definir o que os institui como signos, conhecer seus liames e as leis de seu encadeamento”, o século XVI superpôs semiologia e hermenêutica na forma de similitude. Buscar o sentido é trazer à luz o que se assemelha e buscar a lei dos signos é descobrir as coisas que são semelhantes (Foucault, 2000a, p. 40). E nesse saber “a linguagem vale como o signo das coisas” (idem, p.45-6). O discurso é feito à imagem do que anuncia. “A linguagem faz parte da grande distribuição das similitudes e das assinalações” (idem, p. 48). Deste modo, as línguas estão no mundo mais como analogias do que como significação. Saber consiste em fazer tudo falar. Na *épistémè* do século XVI, o saber unia magia e racionalidade. (idem, p. 44)

Assim, Foucault nos diz que no século XVI a ordem do mundo poderia ser conhecida pela leitura do mundo e pela descoberta das semelhanças ou similitudes, que constituem as marcas, os signos das coisas. Então, qualquer coisa para ser conhecida exige que se perceba, entenda e interprete os sinais que estão em sua face através da analogia, emulação, simpatia ou *convenientia* com as estrelas, as plantas, os animais, etc. Assim, o conhecimento consistia em interpretar uma cadeia infinita de similitudes, cada uma referindo-se às outras, mas todas encontrando seu limite e referindo-se a Deus.

### **1.1.1 Século XVI – O pensamento econômico na era da semelhança - moeda e preços**

O pensamento econômico, durante o Renascimento, esteve limitado aos problemas dos preços e da substância monetária, diz Foucault, sendo que eles estavam interligados, dado que o metal era um signo da riqueza, isto porque ele próprio era riqueza. Ou seja, na configuração da *épistémè* da idade da semelhança, o metal significava riqueza porque trazia sua marca real, da mesma forma que não havia separação entre palavras e coisas. Para assinalar preços, os metais precisavam ser preciosos (raros, úteis, desejáveis), sendo que essas qualidades deviam ser estáveis. A moeda tinha a função de medida de valor e mecanismo de troca porque materialmente era portadora de riqueza. Assim, a moeda “... remete a uma quantidade de metal que é medida constante (é assim que decifra Malestroit); mas remete também a essas mercadorias variáveis em quantidade e em preço que são os metais (é a leitura de Bodin)” (Foucault, 2000, p. 235). A relação entre metal e mercadoria correspondia à necessidade da relação microcosmo e macrocosmo para deter a oscilação indefinida da semelhança e do signo. Aquela relação fora estabelecida pela Providência, ao dotar a terra de minas de ouro e prata. Portanto:

“O insigne metal era, por si, marca da riqueza; seu brilho oculto indicava suficientemente que ele era ao mesmo tempo presença escondida e visível assinalação de todas as riquezas do mundo. Por essa razão é que tinha *preço*; por essa razão, também *media* todos os preços; por essa razão, enfim, era possível *trocá-lo* por tudo o que tinha preço. Era o precioso por excelência.” (Foucault, 2000a, p. 239)

### **1.2 Do começo do século XVII à segunda metade do século XVIII – Era da Representação ou Classicismo**

A partir do século XVII, passa-se a indagar como um signo pode estar ligado àquilo que ele significa e as palavras e as coisas se separam. A idade clássica responderá pela análise da representação, enquanto o pensamento moderno responderá pela análise da significação. Assim, a linguagem não será mais do que um caso particular de representação (para os clássicos) ou da significação (para nós).

Para Foucault, Dom Quixote inaugura a Idade Clássica, uma vez que ele descobre que as palavras não marcam mais as coisas. Dom Quixote questiona a relação entre as palavras, os escritos e as coisas. A interdependência entre a linguagem e o mundo se desfaz. Não há mais a uniformidade entre o que é visto e o que é lido, entre o visível e o enunciável. O olho será destinado a ver e somente a ver, enquanto o ouvido somente a ouvir: “O discurso terá realmente por tarefa dizer o que é, mas não será nada mais que o que ele diz” (idem, p. 59). E enfatiza Foucault: “a semelhança passa a se assemelhar à ilusão” (idem, p. 70). A similitude passa a ser erro, perigo. Em Francis Bacon, vemos a crítica à semelhança, pela figura dos ídolos da caverna, do teatro, da tribo, etc. Na época clássica, a semelhança passa a constituir a desrazão.

Como afirma Araújo (2000, p. 39), o século XVII, pela análise do discurso de Foucault, é visto como o século da representação, contrapondo-se à concepção usual da história da filosofia, que o caracteriza pelo racionalismo e empirismo. De tal forma que nesse século, diz Foucault, a ciência compreende a ordem e a medida, composta da representação e ordenação dos seres.

Descartes critica a semelhança, mas não exclui do pensamento racional a comparação. E essa se dá pela medida e pela ordem, o que é explicitado nas *Regulae ad directionem ingenii*. “A verdade encontra sua manifestação e seu signo na percepção evidente e distinta”. (Foucault, 2000a, p. 77). Descartes, ao invés de excluir a comparação, a universaliza, diz Foucault. Verifica-se no classicismo a substituição da hierarquia analógica pela análise. A linguagem não é mais uma das figuras do mundo e nem a assinalação das coisas. As palavras não são mais a marca da verdade. As palavras agora terão que traduzí-la, se puderem. As relações entre os seres passam a ser pensadas sob a forma da ordem e da medida.

O signo deixa de ser uma figura do mundo, não está mais ligado àquilo que ele marca por liames sólidos e secretos da semelhança ou da afinidade. O classicismo passa a definir o signo segundo três variáveis: a origem da ligação, o tipo da ligação e a certeza da ligação. Assim: *i*) Quanto à origem da ligação, no século XVI, não era o conhecimento mas a linguagem mesma das coisas que instaurava os signos na sua função significante. No entanto, no século XVII, argumenta Foucault, o “signo não espera silenciosamente a vinda daquele que pode reconhecê-lo: ele só se constitui por um ato de conhecimento” e é assim que “o saber rompe seu velho parentesco com o *divinatio*” (idem, p. 81-2). É através do conhecimento que o signo passará a significar, representando certeza ou probabilidade. E “se Deus utiliza ainda signos para nos falar através da natureza, serve-se de novo conhecimento e dos laços que se estabelecem entre as impressões, para instaurar no nosso espírito uma relação de significação” (idem, p. 82). A relação passa a ser, portanto, de signo e significado; *ii*) Segundo o tipo de ligação do signo com o que ele significa, no século XVI, pelo jogo da conveniência, da emulação e sobretudo da simpatia, o signo reunia pela similitude. No classicismo, o “signo se caracteriza por sua essencial dispersão”. (idem, p. 83). Agora, para que um elemento de uma percepção torne-se signo não basta fazer parte dela, é preciso que se consiga distingui-lo e destacá-lo da impressão global a que estava confusamente ligado. A constituição do signo faz parte da análise e dela não pode ser separada. Pelo signo, “as coisas tornam-se distintas, conservam-se em sua identidade, desenlaçam-se e se ligam. A razão ocidental entra na idade do juízo” (idem, p. 84); *iii*) Quanto à terceira variável do signo, este pode assumir dois valores: da natureza ou convenção. Bem, diz Foucault, isto não é novidade, na medida em que há muito tempo já se sabia que os signos podem ser dados pela natureza ou constituídos pelo homem. Entretanto, enquanto no século XVI os signos artificiais somente tinham poder na medida em que eram fiéis aos signos naturais, a partir do século XVII o signo passa a ser “...mais ou menos provável, mais ou menos afastado daquilo que significa, pode ser natural ou arbitrário sem que sua natureza ou seu valor de signo seja afetado por isso – tudo isso mostra bem que a relação do signo com seu conteúdo não é assegurada na ordem das próprias coisas” (idem, p. 87). O signo assim se constitui apenas pelo conhecimento. E quando se adota um signo como convenção é “preciso que

ele seja simples, fácil de lembrar, aplicável a um número indefinido de elementos, suscetível de se dividir ele próprio e de se compor; o signo de instituição é o signo na plenitude de seu funcionamento”. É ele que distingue o homem do animal. E “arbitrário” somente seria oposto a natural no que se refere à forma como o signo foi estabelecido (idem, p. 85). De modo diverso à época anterior, no classicismo não se busca através dos signos o discurso eterno subjacente a ele. O que o saber precisa fazer é elaborar uma língua “que seja bem-feita – isto é, que, analisante e combinante, ela seja realmente a língua dos cálculos”. (idem, p. 86) Dessa forma, procura-se substituir todas as línguas por um sistema de símbolos artificiais e de operações de natureza lógica.

Mas, o que é mais importante, a propriedade mais fundamental dos signos na *épistémè* clássica é que a relação do signo com seu conteúdo não é assegurada na ordem das próprias coisas. Enquanto na idade anterior os signos eram “meios de conhecer e chaves para um saber”, na idade clássica são “co-extensivos à representação, isto é, ao pensamento inteiro, alojam-se nele, percorrendo-o, porém, em toda a sua extensão: desde que uma representação esteja ligada a outra e represente em si mesma essa ligação, há signo...” (idem, p. 90) Uma segunda consequência é que não há possibilidade de uma teoria da significação, uma vez que “...entre o signo e seu conteúdo não há nenhum elemento intermediário e nenhuma opacidade” (idem, p. 91) A análise dos signos sempre apreende o seu conteúdo. Então, como no século XVI, “semiologia” e “hermenêutica” se sobrepõem, embora de maneira distinta, pois na idade clássica o que une o signo ao conteúdo não é mais a semelhança, mas sim “...ligam-se neste poder próprio da representação de representar-se a si mesma” (idem, p. 91). A similitude decorre do e é indispensável ao conhecimento, pois somente a partir dela pode se estabelecer uma relação de igualdade, de ordem. (idem, p. 93) “No século XVI, a semelhança estava ligada a um sistema de signos; e era sua interpretação que abria o campo dos conhecimentos concretos. A partir do século XVII, a semelhança é repelida para os confins do saber, do lado de suas mais baixas e mais humildes fronteiras. Lá ela se liga à imaginação, às repetições incertas, às analogias nebulosas” (idem, p. 98)

O que torna possível a *épistémè* clássica é a relação a um conhecimento da ordem. “Quando se trata de ordenar naturezas simples, recorre-se a uma *máthêsis* cujo método universal é a álgebra. Quando se trata de pôr em ordem naturezas complexas (as representações em geral, como são dadas na experiência), é necessário constituir uma taxonomia e, para tanto, instaurar um sistema de signos”. (idem, p. 99) No entanto, a taxonomia se reporta à *máthêsis* e pode ser que esta não seja mais do que um caso particular daquela. “Do mesmo modo, os signos que o próprio pensamento estabelece constituem como que uma álgebra das representações complexas; e a álgebra, inversamente, é um método para conferir signos às naturezas simples e para operar sobre esses signos”. (idem, p. 100)

Para Foucault, a *épistémè* clássica estava articulada por um sistema composto de uma *máthêsis*, de uma *taxonomia* e de uma *análise genética*, pois as ciências se constituem a partir do projeto de “exaustiva colocação em ordem: apontam sempre para a descoberta de elementos simples e de sua composição progressiva”, formando um *quadro*, o centro do saber nos séculos XVII e XVIII. (idem, p. 103)

### 1.2.1 O classicismo e a análise das riquezas

Segundo Foucault, não havia economia política na época clássica porque a produção não existia. Seguindo o método arqueológico, o objeto da economia nos séculos XVII e XVIII é a “riqueza”, “uma camada bastante coerente e estratificada” em que se discerne as noções de valor, de preço, de comércio, de circulação, de renda. No entanto, estas noções, embora os nomes se perpetuassem, tinham outro sentido, distinto do que adquiriria posteriormente.

Foucault considera que não se pode ler a história da economia política como se esta tivesse se constituído progressivamente “peça por peça, pedaço por pedaço”, evoluindo da impossibilidade de existir cientificamente em função do problema moral do lucro e da renda (teoria do preço justo, justificação ou condenação do interesse), passando pela confusão entre moeda e riqueza, valor e preço de mercado (mercantilismo) e conseguindo estabelecer algumas distinções essenciais somente no século XVIII. É necessário, diz Foucault, entender aquelas noções a partir de uma *épistémè* própria dos séculos XVII e XVIII e não através da pressuposição de que aquelas eram delineamentos do que se constituiria posteriormente.

No século XVII, cujo pensamento costumou-se denominar “mercantilismo”, a análise se desloca. Enquanto no Renascimento as funções de medida e troca da moeda derivavam do caráter precioso do metal, na idade clássica a troca é que servirá de fundamento para aquelas funções. A conhecida confusão atribuída aos pensadores desse período ao igualar riqueza e moeda deriva, na visão de Foucault, da *épistémè* subjacente, em que a moeda passa a ser o instrumento de representação e análise das riquezas, sendo a riqueza o conteúdo representado pela moeda. No classicismo o fundamento da preciosidade dos metais se desfaz e se passa a entender a riqueza como decorrente de necessidades e desejos, sendo a moeda o signo que a representa. As relações entre riqueza e moeda são estabelecidas sob a forma da circulação e das trocas. De tal forma que “toda riqueza é monetizável; e é assim que ela entra em *circulação*. Da mesma forma, todo ser natural era *caracterizável* e podia entrar numa *taxonomia*; todo indivíduo era *nomeável* e podia entrar numa linguagem *articulada*; toda representação era *significável* e podia entrar, para ser *conhecida*, num *sistema de identidades e de diferenças*.” (Foucault, 2000a, p. 240)

Mas, quais as coisas que o mercantilismo denomina de “riquezas”? Todas as que, além de representáveis, são objetos de desejo (segundo Grammont, citado por Foucault, aquelas que denotam necessidade ou utilidade ou prazer ou raridade). Assim também se explicaria a relação da riqueza aos metais, pois a moeda é fabricada deste material, o que torna o ouro e a prata úteis e raros. É somente por ser moeda que o ouro é precioso, e não o inverso, afirma Foucault. O que muda, portanto, é que o valor não deriva mais do metal, mas de critérios de utilidade, prazer e raridade. O metal somente representa valor “como um nome representa uma imagem ou uma idéia, mas não a constitui” (idem, p. 241). As coisas só se tornam riquezas quando nós assim a consideramos e estas são representadas pela moeda. E por que se optou pelo ouro e pela prata, que em si mesmos não são riquezas, para representar a riqueza? Poderia mesmo ser qualquer coisa a ter tal função, diz Foucault. Utilizam-se tais materiais pela sua perfeição, enquanto objetos de representação. E isto não decorre de seu preço, mas do fato de serem duros, imperecíveis, inalteráveis, fáceis de transportar e de perfurar. Além disso, têm a capacidade de análise, ou seja, de se comparar, de se estabelecer relações de igualdade e diferença entre as riquezas. E a relação entre moeda e riqueza é arbitrária, pois qualquer outro objeto poderia servir de moeda.

Nesse sentido, segundo Foucault, há certa injustiça em relação ao “mercantilismo”, tanto ao se atribuir a ele algo que ele sempre criticou, ou seja, o valor intrínseco da moeda como princípio da riqueza, quanto à acusação de que ele é contraditório em vários aspectos. Por exemplo, ao se afirmar que apesar de ele entender a moeda apenas como signo, ainda assim requeria sua acumulação como riqueza e, embora reconhecesse a importância das flutuações quantitativas do numerário, desprezou a sua ação sobre os preços. Ou, porque, apesar de protecionista, fundava sobre a troca o mecanismo de aumento das riquezas. Mas, o problema, para Foucault, está no entender o mercantilismo no dilema entre moeda-mercadoria ou entre moeda-signo. No pensamento clássico, a moeda é um signo, representa as riquezas. É só porque a moeda torna-se um signo universal que ela se torna mercadoria “rara e desigualmente repartida” (idem, p. 244). A moeda é ela própria riqueza porque é signo. E o protecionismo resulta do fato de que se necessita do metal para representar as riquezas, portanto deve-se obstar a sua transferência para o estrangeiro ou sua utilização para outros fins que

não a moedagem, enquanto se deve estimular a importação de produtos manufaturados e a importação de matérias-primas. Não há porque temer que a acumulação de moeda gere aumento de preços. Inicialmente, isto pode acontecer, o que estimula o comércio e a manufatura, gerando aumento das riquezas e fazendo com que o aumento de numerário apenas reflita (proporcionalmente) o acréscimo das riquezas. Portanto, não é mais na preciosidade do metal que está a relação entre riqueza e moeda, mas na circulação e na troca. Como argumenta Foucault, a moeda permite, segundo Law, estabelecer o preço das coisas. Se a quantidade de moeda em circulação for menor que aquela dos bens, ela terá grande valor e os preços serão baixos, sendo o inverso válido. A teoria quantitativa da moeda não foi “inventada” por Locke. Bodin e Davanzatti, no século XVI, já a anunciavam, mas a sustentavam no fato de que o aumento dos preços devia-se à desvalorização intrínseca do metal. No século XVII esse princípio é visto a partir da função representativa da moeda. Imaginando-se que houvesse uma única mercadoria no mundo, todo o ouro estaria aí para representá-la. Assim, se a quantidade de dinheiro começasse a aumentar, mantendo-se constante o número de mercadorias:

“o valor de cada parte da espécie diminuirá proporcionalmente...(em contrapartida) se a indústria, as artes e as ciências introduzirem no círculo das trocas novos objetos...será preciso aplicar ao novo valor dessas novas produções uma porção de signos representativos dos valores; sendo essa porção tomada da massa dos signos, sua quantidade relativa diminuirá e aumentará proporcionalmente seu valor representativo para fazer face a mais valores, já que sua função é representá-los todos, nas proporções que lhes convêm” (Graslin apud Foucault, p. 255).

E uma dada unidade monetária pode representar várias coisas, mas isto só ocorre quando circula mais depressa. Desta forma, sabendo-se o volume anual das colheitas e o número de habitantes de um estado, é possível definir a quantidade de moeda necessária e suficiente. Assim se explica a ligação entre as análises da circulação a partir dos rendimentos agrícolas, o problema do crescimento populacional e o cálculo da quantidade ótima de moeda desenvolvida no século XVIII. Entretanto, há que se enfatizar que tais análises concerniam a uma questão normativa. Não se tratava de investigar o que faz com que o dinheiro circule ou que ele seja acumulado, pois esta análise positiva só vai ser possível numa economia que colocará o problema da produção e do capital (Era da história). E o cálculo do volume de moeda a ser colocado em circulação deve considerar as relações dos Estados entre si. Se num dado Estado há uma fraca quantidade de moeda, os preços serão menos elevados e isto atrai dinheiro estrangeiro, aumentando a quantidade de metal existente, o que torna o Estado mais rico e poderoso. Na seqüência, este fato estimularia seus habitantes a comprarem no exterior, reduzindo a quantidade de metal no país, enfraquecendo-o

No entanto, há uma tendência inversa que faz com que as nações pobres fiquem cada vez mais pobres, enquanto as ricas, cada vez mais prósperas. Os movimentos da população ocorrem no sentido oposto ao do numerário. Este afluí dos Estados ricos para aqueles de baixos preços, já a população faz o caminho inverso. Os países pobres têm tendência a se despovoar, fazendo com que a agricultura e a indústria se deteriore. Já nos países ricos o afluxo de mão-de-obra faz com que aumente a possibilidade de explorar novas riquezas, elevando as vendas em proporção à quantidade de metal que circula, conforme observou Dutot. Então, a política deve buscar controlar simultaneamente os movimentos da população e do numerário. A prosperidade de um Estado decorre da manutenção do estágio de crescimento do volume de numerário, que se deve prolongar indefinidamente, conforme afirmou Hume. E aí reside uma diferença do pensamento econômico em relação às demais teorias formuladas no contexto da *épistémè* da ordem, pois inclui a noção de progresso que afeta o jogo dos signos e das representações com um índice temporal. A moeda representa as riquezas, mas este poder é modificado no tempo. A importância do tempo nessa análise surge no final do século XVII quando à moeda, enquanto garantia, se associa o crédito.

Enquanto a teoria da moeda e do comércio busca explicar como os preços podem caracterizar as coisas nas trocas ou como a moeda pode representar e designar riquezas, a teoria do valor investiga uma questão correlata, porém, para Foucault, de maneira profunda e vertical. A questão é como estabelecer o valor dos objetos do desejo e da necessidade. Valer aqui diz respeito ao poder de substituição de uma coisa por outra numa troca. E para que esta ocorra, para que uma coisa represente a outra, é preciso que nelas já esteja certo valor e, no entanto, o valor só existe no interior da representação, ou seja, da troca. Portanto, dois tipos de análises do valor são possíveis: no ato da troca ou anterior à troca. “Uma analisa o valor a partir da troca dos objetos da necessidade – objetos úteis; a outra, a partir da formação e do nascimento de objetos cujo valor a troca definirá em seguida” (idem, p. 265). Para os fisiocratas, os valores e riquezas surgem na troca, que só é possível quando alguém dispõe de um objeto que lhe é supérfluo, enquanto outro o necessita. No entanto, o próprio ato da troca possui um custo (transporte, transformação, colocação à venda). Para que os bens sejam transformados em riquezas é preciso sacrificar o consumo de outros bens. “Os valores formam o negativo dos bens” (idem, p. 267). Mas, o que ocorre para que o custo dessa formação de valor não leve ao esgotamento dos bens à disposição dos homens? Onde surge um excedente? Não poderia ser no comércio, nem na indústria afirmam os fisiocratas. O comércio apenas troca coisas de valor igual. A indústria também não é capaz de retribuir o custo de formação do valor. Tal excedente só ocorre na agricultura. O valor da produção não é equivalente à manutenção do produtor. Ou seja, o operário continua recebendo o salário de subsistência, mas a terra produz uma quantidade bem maior do que o necessário ao cultivador.

Enquanto os fisiocratas analisavam a questão do valor a partir da condição, e a que custo, um bem pode tornar-se valor num sistema de trocas, os utilitaristas (Condillac, Galiani, Graslin e Destutt) investigam o valor pelo lado do consumo, da demanda. Isto é, de que forma a apreciação pode converter-se em preço nas trocas, concluindo que o valor das coisas está fundado em sua utilidade. Entretanto, a troca, dizem os utilitaristas, cria utilidade, na medida em que algo que não tinha utilidade ou era de pouca utilidade para alguém passa a ser útil para outrem. Os elementos teóricos são os mesmos para os fisiocratas e para os utilitaristas: a origem da riqueza está na terra, o valor é estabelecido pelas trocas, a moeda representa as riquezas em circulação, a circulação deve ser tão simples e completa quanto possível. A diferença está em que analisam numa ordem inversa, fazendo com que o que tem papel positivo para uns, torna-se negativo para os outros.

### 1.3 A Era da História ou Modernismo

No final do século XVIII, surge uma nova configuração do saber, em que se passa a entender que o encadeamento sucessivo do tempo é significativo. O saber não mais ocorre pela representação e a história vai substituí-la. O ser passa a ter uma história, e esta é que possibilita o saber. A partir do século XIX, diz Foucault:

a História vai desenrolar numa série temporal as analogias que aproximam umas das outras as organizações distintas. É essa história que, progressivamente, imporá suas leis à análise da produção, à dos seres organizados, enfim à dos grupos lingüísticos. A História *dá lugar* às organizações analógicas assim como a Ordem abria o caminho das identidades e das diferenças *sucessivas*. ((idem, p. 299 - grifos no original)

Para Foucault, o processo de instauração dos saberes da modernidade ocorreu simultaneamente ao aparecimento de uma nova filosofia, inaugurada pela “revolução copernicana” de Kant, distinta daquela de Descartes. Segundo Foucault, Descartes inaugurou a concepção de saber da época clássica, em que o conhecimento não mais busca semelhanças como no Renascimento, mas sim procura uma relação de ordenação entre idéias. O que consta nas *Regulae*,

diz Foucault, é uma concepção de que o conhecimento deriva da comparação em termos de medida ou ordem. A comparação pela medida consiste em considerar o todo, dividindo-o em partes através de uma unidade comum. No entanto, há uma prioridade da segunda forma de comparação em relação à primeira, pois se pode reduzir a medida à ordem. Portanto, afirma Foucault, para Descartes conhecer é basicamente ordenar. Mais essencialmente, é ordenar idéias e não coisas, pois o conhecimento se dá exclusivamente ao nível da representação. Como resume Machado (1982, p. 137), Foucault entende que, em Descartes, “conhecer é comparar; comparar é fundamentalmente ordenar; e como a ordenação se faz segundo a ordem do pensamento, conhecer é analisar”. Machado destaca na seqüência que a principal implicação da interpretação de Descartes feita por Foucault é que a teoria do primeiro fundamenta não só o conhecimento do tipo da matemática e da física, mas dos saberes como a história natural, a análise das riquezas ou a gramática geral. Estes, embora não tivessem o estatuto de cientificidade da física e da matemática, por não escaparem dos princípios metodológicos prescritos por Descartes, não possuíam insuficiência enquanto saber, visto que apenas diferiam em termos de tipo de ordenação. Além disso, não existe diferença de nível entre estes saberes e o pensamento filosófico clássico, uma vez que são conhecimentos analíticos. A filosofia clássica é uma “filosofia da análise”. A diferença é apenas de amplitude, como diz Machado (1982), pois enquanto aqueles demais saberes analisam um tipo particular de representação, a filosofia tem por objeto a representação em geral. Kant, na filosofia, colocou em questão o espaço da representação em seu próprio fundamento. Como afirmou Foucault: a filosofia kantiana sanciona a “... retirada do saber e do pensamento do espaço da representação”.

O aparecimento na modernidade do conjunto de discursos denominados ciências humanas se explica porque é nessa época que o homem passa a desempenhar duas funções no âmbito do saber que são distintas e complementares e que constituem o que Foucault denomina de *a priori* histórico ou de estrutura antropológico-humanista do pensamento do século XIX. Primeiro, o homem passa a fazer parte das coisas empíricas, uma vez que atividades por ele desempenhadas tornam-se objeto das ciências empíricas – vida, trabalho e linguagem. A segunda função do homem é aquela de se converter em fundamento filosófico, pois a possibilidade de qualquer saber só se dá pelo homem. É esse *a priori* histórico que explica o aparecimento das ciências humanas, pois “... elas apareceram no dia em que o homem se constitui na cultura ocidental, ao mesmo tempo como o que é necessário pensar e o que se deve saber” (idem, p. 476). Então, o homem é “... uma invenção recente. Não foi em torno dele e de seus segredos que, por muito tempo, obscuramente, o saber rondou” (idem, p. 536).

Na modernidade, deixa-se de privilegiar a estrutura visível dos seres e o conhecimento torna-se empírico. O conhecimento muda de analítico para sintético. Não se trata mais de uma análise da representação, pois o objeto torna-se uma coisa concreta, tendo uma existência independente do próprio conhecimento. A análise das riquezas torna-se a economia política. Altera-se a configuração discursiva. Há um deslocamento do visível para o invisível, das considerações de superfície para o conhecimento da profundidade. Agora, classificar não será mais ordenar os seres vivos unicamente a partir de critérios formais estabelecidos ao nível da visibilidade e da representação, mas relacionar o visível e o invisível, isto é, com o nível mais fundamental da organização. A análise efetuada pela história natural se mantém na superfície, enquanto que com o surgimento da biologia, o que se privilegia num órgão não é sua configuração, mas a função que ele contribui para realizar. Daí o interesse pelo estudo das grandes funções orgânicas como a respiração, a digestão, a circulação, etc. O interesse se desloca da identidade e das diferenças estruturais para as semelhanças. As brânquias e os pulmões, embora estruturalmente diferentes, assemelham-se por serem órgãos de respiração. Então, ao nível da profundidade, ao se privilegiar a função, detecta-se semelhanças entre os órgãos, que não apresentam identidade visível. Distanciando-se do nível da representação, o conhecimento

passa a se centrar no que passará a se denominar, sobretudo no século XIX, vida. O organismo passa a ser considerado em seu todo, isto é, os órgãos e as funções compõem um sistema.

### 1.3.1 A Emergência da Economia Política

E como se processa essa transformação na economia? A mudança ocorre na passagem do estudo das riquezas para o estudo do trabalho como atividade de produção. Na época clássica, a troca é a unidade da análise das riquezas. Em Adam Smith, o trabalho passa a ser a medida do preço das coisas. Mas é somente em Ricardo que o trabalho como atividade de *produção* passa a ser a fonte de valor. A produção toma o lugar da troca. O valor é originado do trabalho e torna-se um produto. Portanto, o valor não é mais apenas um signo indicativo das trocas entre as coisas como na época clássica. Nesta, a análise das riquezas se efetuava ao nível da representação, através dos signos e de sua ordenação. A economia como “ciência empírica” moderna não se baseia mais na representação, pois a riqueza passa a ser vista como algo que tem uma *profundidade* específica. A ciência econômica agora entra verticalmente no domínio da riqueza para identificar na *produção*, e mais precisamente no *trabalho* como a fonte do valor, seu objeto empírico de conhecimento. O homem agora será visto como um produtor e não aquele que simplesmente representa suas necessidades. Se não houvesse a escassez, não haveria necessidade de produção e o trabalho não existiria. É a limitação e finitude humanas que levam ao trabalho, à produção.

Foucault defende, portanto, que a transformação do saber na modernidade não ocorreu em função de mudança nos critérios de cientificidade, como reformulação de métodos, melhor construção do objeto científico ou definição mais precisa dos conceitos. O que se verificou foi o abandono da representação do conhecimento empírico e o surgimento de objetos – vida, trabalho e linguagem – que substituíram as representações – seres vivos, riqueza e palavras. Isto significa que o homem torna-se objeto do saber, pois estudar aqueles objetos é estudar o homem. Este é meio de produção, inclui-se entre os animais e possui a linguagem. Nesse momento, diz Foucault, o homem se depara com a finitude através da positividade do saber. No que diz respeito à economia, tal finitude se explicita porque a economia passa a se articular com a história na medida em que ocorre uma sucessão de modos de produção e devido a que a luta do homem contra a escassez articula a economia com a antropologia. A economia, ao estabelecer o trabalho como fonte de todo valor, o qual se converte em produto, faz com que a teoria da produção seja mais fundamental do que a teoria da circulação e distribuição da riqueza. Isto leva a três conseqüências: 1) gera uma causalidade, pois todo o trabalho se aplica a um novo trabalho do qual estabelece o valor, sendo que este novo trabalho entra na formação de um outro valor e assim sucessivamente, de tal forma que se cria um tempo contínuo, que articula a economia com a história; 2) o trabalho é uma luta do homem contra a escassez, tentando vencer a morte, articulando a economia com a antropologia como discurso sobre a finitude inerente ao homem; 3) como conseqüência das duas primeiras, verifica-se uma inércia progressiva ou uma inversão total da história.

Assim, observadas pela arqueologia, as ciências empíricas são discursos sobre o homem em sua finitude. No entanto, esta finitude pode não ser radical, uma vez que os saberes empíricos podem promover a sua superação. Ainda, agora o homem se entende enquanto finito não só como sujeito, mas também como objeto do conhecimento. Observa-se uma correlação entre o homem como objeto e sujeito do conhecimento. Esta dupla posição do homem no estabelecimento da ciência moderna constitui o *a priori* histórico que explica o aparecimento das ciências humanas.

Uma das conclusões mais impressionantes de Foucault está em que até o final do século XVIII, o homem não existia como objeto ou sujeito do saber. Até então, a vida, o trabalho e a linguagem não existiam como objetos de estudo. E as ciências humanas, e com elas o homem como objeto e sujeito do conhecimento, não surgiram pelo efeito de um dado racionalismo ou devido a um

interesse prático ou por que se resolveu um certo problema científico. Elas “apareceram no dia em que o homem se constituiu na cultura ocidental, ao mesmo tempo como o que é necessário pensar e o que se deve saber” (Foucault, 2000a, p.476).

## 2. O Discurso Moderno e a Emergência do Pós-modernismo

Assim, quais seriam os principais elementos que consituíram o discurso científico moderno para Foucault e o que leva ao surgimento de uma nova *épistémè*?

A principal característica na configuração do saber da era moderna para Foucault está na constituição do homem como sujeito e objeto do conhecimento, convertendo-se no *a priori* histórico ou na estrutura antropológico-humanista do pensamento do século XIX. Aí está a base do que formaria o discurso científico e que lhe conferiria o poder atribuído pela sociedade desde então, pois embora o homem, enquanto sujeito do conhecimento, tenha surgido com Descartes, é apenas a partir do final do século XVIII, diz Foucault, que ele se converte em estrutura antropológico-humanista do pensamento. Se antes ele pensava, ele era, agora ele passa a poder conhecer-se a si mesmo.

Na era moderna, concebe-se que o homem é cognoscível através da vida, do trabalho e da linguagem. Através da filologia, a linguagem começa a voltar-se para si mesma, não mais sendo vista como unicamente representando o mundo. A linguagem adquire um ser próprio. A linguagem, enquanto o que permite ao homem atuar como sujeito do conhecimento, leva ao desenvolvimento da filosofia analítica, da lógica, da hermenêutica e da psicanálise (procurando interpretar o subconsciente). Aí se situam Nietzsche e Freud. E porque a linguagem é também objeto do conhecimento, surgem a matematização e a formalização. O positivismo torna-se possível pela análise *a posteriori*. Nasce também a literatura como um voltar-se para si da linguagem, numa análise que independe de gosto, prazer, ideologia.

E Foucault chama a atenção para o risco de antropologismo, uma vez que se reduz o ser e o saber às nossas proporções humanas, ao nosso anseio de nos garantirmos uma identidade ou, ainda, de nos convertermos de que há uma verdade do homem. Por isso Nietzsche vai questionar quem fala, quem detém a linguagem, quem é seu sujeito.

Na analítica da finitude os conhecimentos passam a estar condicionados por fatores históricos, sociais e econômicos, surgindo a crítica que estabelecerá a diferença entre ciência, ideologia e senso comum.

Ainda, busca-se sempre a origem. A vida, o trabalho e a linguagem são históricos e têm sua própria história, o que leva a se pensar a origem. Porém, sempre existirá um ponto mais recuado possível. Daí a afirmação de Foucault de que o homem é sem pátria e sem data. Não encontra nunca a sua origem, mas sempre o já iniciado. O pensamento moderno sai em busca dessa origem, questiona tudo o que é temporal. Nesta linha, o positivismo procurou a origem do homem pela evolução e uma origem para as coisas na evolução do homem. A conseqüência é o marasmo antropológico, dado que é impossível que algo finito seja fundamento do conhecimento, condição de verdade.

Nietzsche chama a atenção para o “sono antropológico”. Se homem e Deus se pertencem, a morte de Deus representa também a morte do Homem, isto é, daquele que se assemelhava a Deus, sendo este criado pelo homem. E, para Foucault, o vácuo originado da morte do homem não deve ser preenchido. E todo o pensamento que a partir de si passa a se perguntar sobre o homem será sempre político e ético. Portanto, há que se abandonar a pretensão de que é possível conhecer a essência do homem e, a partir dela, a verdade. Foucault chega mesmo a ironizar as filosofias antropologizantes que buscam o homem e nele a verdade essencial.

O saber da época é uma antropologia da finitude do homem, do tempo e uma interrupção do devir com o advento da revolução socialista. Foucault, mais uma vez destaca Nietzsche, por ter pensado estas questões de maneira distinta e ter mostrado que não há o homem capaz de conciliar todas as desventuras e vicissitudes, pois elas retornam e não findarão com a promessa dialética de uma convergência final das contradições, como queria Marx.

Também na *épistémè* moderna, primeiro através de Kant, vai se pensar o próprio conhecimento, em especial sobre quem conhece e em que condições se pode conhecer, tonando-se explícito que sempre haverá o impensado, isto é, para além do *cogito* e do conhecido, sempre existirá o desconhecido. O homem está cercado do que não pode explicitar: morte, medos, inconsciente, trabalho alienado, as regras de uma linguagem.

Assim, podemos entender como principais características do modernismo, tal como resumidas por Amariglio (1990, p. 18): idéias de totalidade, de universalidade da razão, de verdade epistemológica, de eficiência e utilidade, originalidade, comunicação baseada no conhecimento racional, continuidade, formalismo, essencialismo e a centralidade do homem. No entanto, ao mesmo tempo, vê-se delinear aqueles elementos que, ao colocarem em dúvida tais convicções, levarão ao aparecimento de uma nova *épistémè*: o pós-modernismo.

Conforme apresenta o próprio Amariglio (1990), sob a *épistémè* moderna, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, verificou-se todo um movimento nas artes, na literatura e na arquitetura. Nas artes, assiste-se ao despertar do impressionismo e do cubismo. Nas décadas de 1920 e 1930, o modernismo passa a influenciar a arquitetura. Pode-se entender essas mudanças como reflexos da crença no poder imanente do homem. O homem, concebia-se, podia transcender os limites de tempo e espaço. Pela metáfora da máquina e pela *avant-garde*, entendia-se que era necessário deixar para trás o velho e o impensado. Nas décadas de 1930 e 1940, sob a influência das mesmas convicções, surge a "nova crítica", um movimento modernista que procurava analisar um texto literário a fim de identificar as condições internas e formais que o tornavam possível. Neste sentido, o significado do texto não estava nas condições externas de produção histórica, nos artefatos culturais e políticos a que se referia ou na biografia do autor. Tais formalismos culturais refletiam a estrutura dos discursos matemáticos e científicos, procurando-se passar do transitório e historicamente determinado para o universal e eternamente verdadeiro, dado que o homem podia, naquela visão, através da descoberta dos seus princípios essenciais, controlar o espaço e o tempo pela racionalidade. Assim, afirma Amariglio (idem, p. 19), o "modernismo prometia revolucionar a vida ao sustentar a universalidade e eternidade da Razão e da Verdade".

Entretanto, já nos anos 1950 e 1960, vê-se a emergência, no próprio interior do discurso e da cultura modernistas, do pós-modernismo. Este reflete conceitos científicos, tais como de relatividade, desequilíbrio e incerteza, que mostravam que o tempo e o espaço eram instáveis e, eventualmente, apresentavam contradições internas. O pós-modernismo representou um rompimento com a crença modernista na eficácia da racionalidade e verdade. Alguns pensadores, como Rorty, Derrida, Althusser, Lyotard e o próprio Foucault, criticam o modernismo, com as epistemologias racionalistas, por exemplo o positivismo, e declaram a impossibilidade de o discurso poder se constituir em "espelho da natureza". A incomensurabilidade, enquanto "(diferença persistente) entre linguagens, experiências, histórias e discursos" (Amariglio, idem, p.20), e o anti-humanismo ("a morte do Homem" para Foucault) são vistas como os principais conceitos do pós-modernismo.

Muito interessante é a afirmação de Dow (1991, p. 82) de que se dizemos que o pós-modernismo envolve "fragmentação, paradoxo e negação de leis gerais", torna-se inviável identificar seus princípios gerais, na medida em que estes não seriam pós-modernos. Mas, também como constata a mesma autora, alguma generalidade é necessária para que possamos desenvolver o discurso. Segundo Amariglio, Ruccio e Cullenberg (2001), o pós-modernismo pode ser visto como uma fase histórica, como um estado existencial, uma "condição" existencial e uma crítica: *i*) Pós-

modernismo como a fase mais recente do capitalismo, especialmente o processo de globalização. Características: comodificação em massa (o capitalismo tem expandido mercados tanto em termos geográficos quanto no que diz respeito ao que é comercializado), deslocamento na localização e condições da produção global, surgimento da nova indústria (especialmente nas tecnologias da informação) que permite uma expansão mundial ampla dos mercados capitalistas e, daí, da lucratividade. Neste sentido, há quem veja Gary Becker como pós-modernista, por considerar que todas as áreas da vida contemporânea estão agora propensas à lógica do capital. A economia global converte-se em marca do pós-modernismo. A idade pós-moderna é marcada pela cultura que acompanha a expansão econômica capitalista; *ii*) Pós-modernismo como “condição” da época contemporânea: mudança no próprio discurso relacionado ao conhecimento e à ciência (Lyotard). Esta forma de entender o pós-modernismo pode estar relacionada à visão de fase histórica. O estado atual da vida social é caracterizado pela descentralização dos indivíduos e sociedade com uma mudança da política e ética de “global” para “local”, a “saturação” de psiquês e imaginações por uma exibição impressionante de imagens e escritos descontínuos, etc. Para Lyotard: rejeição e desaparecimento das “grandes metanarrativas”, como liberalismo e marxismo, como prometendo mudança na sociedade e na cultura. O mundo da ciência se desenvolve ao longo de linhas que consideram o caos, a incerteza, a indeterminação, etc., mais do que com uma visão de estrutura unificada da natureza e dos resultados previsivelmente otimistas (e utilitários) do conhecimento científico. Concebe-se os indivíduos como descentralizados, pois vivemos numa variedade de subjetividades psicológicas. As escolhas são aleatórias. Os cientistas também enfrentam uma confusão de escolhas, onde não se pode apelar para uma verdade pré-determinada ou possível de apreender. Assim, o conhecimento deve ser entendido a partir da interferência de gostos, poderes e interesses. A incerteza está não apenas no objeto, mas também no próprio sujeito do conhecimento. O pós-modernismo é o reconhecimento desta realidade; *iii*) Pós-modernismo como "estilo" de escrever, pensar, agir e criar. Nos últimos quarenta anos, verifica-se a crescente incorporação do "pós-moderno" na estética e na ética. Isto tem afetado as determinações fundamentais de "valor" e "significado" tanto na vida social, quanto cultural. Um destes estilos é a "desconstrução", introduzida por Derrida. Embora possa ser entendido de diferentes maneiras, enquanto estilo literário e filosófico, a desconstrução compreende uma leitura textual visando a identificar o jogo de palavras e sinais, procurando demonstrar a inexistência de significados singulares e revelar a aporia e "indecidibilidade" sempre presentes. E como estilo de escrita, a desconstrução visa a minar os supostos centrais e significados fixos de composições textuais. Também se adota a "auto-reflexividade", em que os agentes e autores procuram mostrar que estão envolvidos em seus trabalhos e feitos e que estes não podem ser separados de suas histórias, identidades, interesses, valores, etc. A "auto-reflexividade" está no âmago das mudanças discursivas que muitos pós-modernistas e pós-estruturalistas têm verificado nos últimos anos. O estilo pós-modernista tem adentrado na economia através do escrutínio das formas de linguagem e sistemas de sinais (como a matemática) na formação da análise econômica. Isto se mostra pela análise das formas como os economistas pensam e escrevem de acordo com planos literários e semióticos. Então, a questão não é o sujeito/cientista encontrar as ferramentas certas para penetrar no mundo dos objetos. Não se pode separar o "conhecedor do conhecido". Os sujeitos podem se ver ou ver suas práticas e seus efeitos nas verdades que produzem (Princípio de Indeterminação de Heisenberg); *iv*) Pós-modernismo como crítica, que pode ser entendido como anti-modernismo ou não-modernismo. O anti-modernismo se opõe ao modernismo por este não ter conseguido manter valores como bondade moral, tolerância, justiça social, liberdade individual, preocupação ecológica, etc. Neste sentido, o pós-modernismo implica sensibilidade ao que pode levar ao ressurgimento destes valores. O não-modernismo representa uma posição contrária ao modernismo, por considerá-lo impossível e se opor às suas posições típicas, tais como sujeito/objeto, essência/aparência, etc. Entretanto, é possível uma

outra forma de conceber modernismo e pós-modernismo. Amariglio, Ruccio e Cullenberg (2001) preferem entendê-los como momentos "transitórios e porosos", não-delimitados no espaço e no tempo, o que permite compreender a manutenção de um ou de outro em qualquer campo de ação ou investigação.

### 3. Modernismo e Pós-Modernismo em Economia

O discurso da corrente principal em economia hoje é moderno. No entanto, observa-se o surgimento ou desenvolvimento de uma considerável variedade de conceitos, de escolas de pensamento, como o institucionalismo, o pós-keynesianismo, a economia feminista, o marxismo pós-moderno e outras abordagens consideradas heterodoxas que refletem a influência da nova *épistémè*. Além disso, o pós-modernismo implica toda uma reforma na disciplina, na medida em que se opõe às posições epistemológicas modernistas (espelho da natureza) e à forma como os economistas têm discursado sobre o mundo. Amariglio, Ruccio e Cullenberg (2001, p. 41) resumem as críticas pós-modernas à economia no que diz respeito ao "essencialismo, fundacionismo, cientificismo, determinismo, formalismo e humanismo somados à noção de agente unificado, intencional e racional" de suas teorias. E pode-se observar a presença do pós-modernismo em economia através de uma visão mais "niilista", "paradoxal" e "paródica" dos conceitos de incerteza e expectativas, racionalidade limitada, desequilíbrio, teoria dos jogos, caos, e teoria da catástrofe, como também nas abordagens pós-analíticas da epistemologia e da metodologia (Amariglio, 1990, p. 15). O fato é que o discurso em economia hoje é muito mais heterogêneo, dizem Amariglio, Ruccio e Cullenberg (2001, p.5), do que se poderia esperar de uma ciência unificada, embora não seja algo que se deve lamentar.

O pós-modernismo como "condição" de nossa época contrapõe-se à visão de muitos economistas da corrente principal de um sujeito racional que é capaz de identificar ou pelo menos representar um grupo consistente de preferências num momento no tempo. Mais uma vez segundo Amariglio, Ruccio e Cullenberg (*idem*, p. 24), isto não significa que os agentes econômicos sejam irracionais, mas que possuam diferentes racionalidades, refletindo as diferentes culturas locais e históricas. Portanto, não é possível querer identificar ou representar um conjunto de preferências num momento a partir de uma dada concepção de sujeito racional. A fragmentação dos sujeitos leva a conceitos e noções incomensuráveis. Como diz Hargreaves-Heap (1993, p. 70), não se pode querer definir os indivíduos por um único núcleo essencial, mas isso não significa que se deve excluir um sentido de individualidade e sim que, desde uma perspectiva pós-moderna, este não pode ser entendido a partir de "uma essência imutável que se carrega ao longo da vida". Para este autor, "nós deveríamos pensar em tecer ficções através de padrões mutáveis de nossa vida", o que possibilitaria um senso de identidade, mas que, enquanto ficção, poderia ser reescrito no futuro.

O conceito de incerteza tem sido um foco de interesse para aqueles que procuram discernir de que forma o discurso pós-moderno tem adentrado na teoria econômica. Afirma-se que sua presença, tanto no pensamento neoclássico, quanto na teoria keynesiana, coloca em dúvida as premissas modernistas. No entanto, a incerteza para o pós-modernismo é muito mais do que ausência de informação ou incapacidade de processar informações. Amariglio e Ruccio (1995) defendem que, embora Keynes não tenha sido o primeiro a tratar da questão da incerteza em economia, ao lançar a noção de "incerteza verdadeira" incorpora concepções pós-modernistas em economia. Incerteza como diferente de conhecimento probabilístico ou risco denota corretamente certo "niilismo" se for considerado o ponto de vista do modernismo: *i*) ao definir incerteza como ignorância explícita a possibilidade de não ser possível conhecer, torna clara a separação entre sujeito e objeto e, além disso, mostra que tanto economistas quanto agentes econômicos estão sujeitos aos mesmos limites do conhecimento; *ii*) ao aceitar que existem barreiras impenetráveis

para o conhecimento e a impossibilidade de cálculo racional, Keynes separa o conhecimento da ação e a idéia de *animal spirits* coloca em questão não apenas que alguma forma de utilização do intelecto precede necessariamente a ação, mas também que há uma universalidade de motivos e razões que a explicam; *iii*) a referência de Keynes ao papel do "capricho ou sentimento ou acaso" coloca em xeque tradicionais noções de causalidade e leva à necessidade de se recorrer a outras, tais como a de "sobredeterminação"; *iv*) Keynes, ao tratar a incerteza desta forma, questiona a utilidade de muitas metáforas e ferramentas (como o formalismo matemático e econométrico) que visam a garantir a certeza e cientificidade da economia modernista e a idéia de equilíbrio, por exemplo, passa a não mais fazer sentido. Mas, talvez mais importante, seja o fato de Keynes ter alcançado, dizem Amariglio e Ruccio, a concepção pós-modernista de incerteza como um fenômeno discursivo. Assim, a incerteza, como a certeza ou outras formas de conhecimento, é constituída e adquire distintos significados em diferentes discursos. Portanto, não pode haver universalidade da idéia de incerteza, sua noção não pode ser decidida ou determinada e, enquanto fenômeno discursivo, a incerteza não é "subjéctiva" ou "objéctiva". Visando a escapar do niilismo que a concepção keynesiana de incerteza acarreta, tem-se procurado tratá-la como uma força exterior ao sujeito, e não como uma construção discursiva. Deste modo, passa a ser vista como um limite imposto pela natureza aos agentes racionais, não constituindo crise epistemológica, no sentido de que mantém a crença em que empirismo, racionalismo, positivismo e realismo possam ainda levar ao conhecimento.

Assim como Amariglio e Ruccio fizeram em relação à noção de incerteza, muitos economistas têm investigado a presença do pós-modernismo em economia. A despeito de não haver concordância sobre muitos dos estudos de escolas, teorias e conceitos específicos, é certo que se pode constatar a presença de anti-modernismo e não-modernismo em economia, como conclui Dow (1991). No entanto, há que se discordar desta autora no que diz respeito à presença de uma *Methodenstreit* (para ela, na macroeconomia da corrente principal) entre o que poderia ser identificado como modernista e pós-modernista, pois a discussão ocorre em bases mais fundamentais. Não se trata apenas de uma batalha de métodos, mas sim a constatação de mudanças na forma de conceber as condições do conhecimento, como aqui se tem argumentado. Daí parece não fazer sentido a conclusão de Dow de que a noção de pós-modernismo não tem "aplicabilidade enquanto abordagem ativa dentro da economia" (idem, p. 84).

#### 4. Considerações Finais

A partir do método arqueológico de Foucault, entende-se modernismo e pós-modernismo como diferentes *épistémès*, distintos sistemas de regras formadoras do discurso, atuando nas mais variadas formas de manifestação humana. Observa-se que o pós-modernismo não só tem promovido, como também, a partir de sua apreensão, tem ajudado a compreender uma reformulação no modo de pensar e discursar sobre a economia. O pós-modernismo implica numa perda da confiança na ciência positivista, que, pela adesão à razão, acreditava ser possível a verdade absoluta. O pós-modernismo critica a concepção de conhecimento como representação, como "espelho da natureza" e tem desafiado as noções de sujeito racional cartesiano e de sujeito centrado, capazes de propiciar uma dada visão representativa de indivíduo.

Com esta nova *épistémè* não há mais como se acreditar numa ciência em que seja possível desconsiderar a importância da retórica. O conhecimento não resulta da adoção do método correto e muito menos se dá por um procedimento puramente lógico. Ele é sempre resultado de uma estrutura social de pensamento como discurso. Isto leva ao abandono de discussões sobre proposições de verdade absoluta e da busca do método neutro que as resolveria. Não existem códigos universais de interpretação da realidade, como a matemática por exemplo. A atenção se volta para a análise da linguagem e para a identificação de metáforas e estratégias utilizadas para a persuasão.

Conquanto nem sempre seja possível delimitar tais *épistémès* no espaço ou no tempo, pode-se mesmo, a partir da consciência de suas presenças, entender muito do que se verifica em economia. Além disso, ao tornar claro que é algo que não se resume a um dado ramo do conhecimento, mas que está presente em todas as áreas de ação ou investigação humanas, deve promover ou ampliar o voltar-se da economia ao contexto cultural em que se processam os fenômenos econômicos.

No entanto, há um aspecto essencial do pensamento foucaultiano que deve ser enfatizado e que lança luz sobre as investigações que se faz em economia. Foucault, ao lançar as idéias de incomensurabilidade e anti-humanismo (a "morte do homem"), mostrou as bases da *épistémè* pós-moderna, com o intuito de explicitar que o humanismo da *épistémè* moderna, com sua confiança no domínio do homem sobre a natureza através da razão e verdade, é o que está por trás de todas as formas de exploração e opressão da cultura ocidental. Como amplamente reconhecido, o procedimento genealógico de Foucault procura tornar explícito o jogo de poderes decorrentes desse humanismo, que se realiza em nome da eficiência e da utilidade, e mostrar que as práticas discursivas dele decorrentes provocam efeitos políticos, sociais e econômicos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARIGLIO, Jack (1988). "The Body, economic discourse, and power: an economist's introduction to Foucault". *History of Political Economy*. 20:4, 583-613.

\_\_\_\_ (1990). "Economics as a Postmodern Discourse". In: *Economics as Discourse. An Analysis of the Language of Economists*. Warren J. Samuels (ed.). Boston, Dordrecht, London: Kluwer Academic Publishers.

\_\_\_\_ & Ruccio, David F. (1995). "Keynes, postmodernism, uncertainty". In: Sheila Dow and John Hillard (eds.). *Keynes, Knowledge and Uncertainty*. Aldershot:Edward Elgar, 334-356.

\_\_\_\_ (1998). "Poststructuralism". In: John B. Davis, D. Wade Hands and Uskali Mäki (eds.) *The Handbook of Economics Methodology*. Northampton, MA: Edward Elgar, 382-88.

\_\_\_\_, Cullenberg, Stephen & Ruccio, David (ed.) (2001). *Postmodernism, Economics and Knowledge. Economics as a Social Theory*. London: Routledge.

ARAÚJO, Inês L. (2000). *Foucault e a Crítica do Sujeito*. Curitiba: Ed. Da UFPR.

DOW, Sheila C. (1991) "Are there any Signs of Postmodernism with Economics?". *Methodus*. 3 (1), 81-5.

FOUCAULT, Michel (2000a). *As Palavras e as Coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_ (2000b). *Em Defesa da Sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.

HARGREAVES Heap, Shaun (1993). "Post-modernity and New Conceptions of Rationality in Economics". In: Gerrard, Bill (ed.). *The Economics of Rationality*. London & New York: Routledge.

KLAMER, Arjo (1995). "The conception of modernism in economics: Samuelson, Keynes and Harrod". In: Sheila Dow and John Hillard (eds.). *Keynes, Knowledge and Uncertainty*. Aldershot:Edward Elgar, 318-33.

MACHADO, Roberto (1982). *Ciência e Saber. A Trajetória da Arqueologia de Foucault*. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda.

RABINOW, Paul & DREYFUS, Hubert (1995). *Michel Foucault. Uma Trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Introdução: traduzida por Antônio Carlos Maia. Rio de Janeiro: Forense universitária.